AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: E aí, fazer o quê? Saía correndo! Gente que escondia no mato, né? E, segundo relato de um posseiro que eu tive na época lá, deram falta de uma criança, dentre os que foram assassinados lá, segundo relato, essa criança, depois que eles procuraram, essa criança foi encontrada um pouco distante, atrás de uma moita lá, com o corpo infestado de carrapato! Tava morta! Ela passou a noite toda ali. São coisas, mas isso, o que aconteceu? Nada! O Coronel Georgino, depois que ele passou para a reserva, a Ordem dos Advogados deu pra ele uma carteira de advogado. Um cara desse deveria ter processado, preso. O cara foi advogar ainda! E era uma pessoa aqui em Montes Claros respeitadíssima! Respeitadíssima, né? Eu me lembro, olhando o pessoal aqui, que assim que eu vim pra cá, que eu mudei para cá, que o polo jurídico mudou pra Montes Claros, e a gente envolveu na região aqui com tudo, né, com Cachoeirinha, com Bocaiuva, com Manga, com Janaúba e tal, e aquela coisa toda, e a gente tinha algumas pessoas que ajudava a gente, né, saúde, pessoal da saúde ali, né, algumas pessoas da UFMG, pessoas começaram a chegar para ajudar, porque sozinho era difícil mesmo. E então eu comecei a receber ameaça na minha casa e, assim, “olha, nós vamos jogar uma bomba lá na sua casa, nós vamos matar o seu filho, nós vamos sequestrar seu filho.” E falaram assim: “Você não, porque você não vale nada, a gente quer é fazer isso com sua família.” Aí os trabalhadores fizeram um ato público aqui em Montes Claros em apoio a essa situação toda. E todo mundo sabe que eu não estou, não sei porquê, por trás disso estava o coronel Jorgino. Lógico, é a prática dele! Ele falava que não, quando eu perguntava ele, ele falava: “não! Jamais eu ia fazer uma coisa dessa”. Então essa violência, um mar de luta que nós tivemos aqui, Cachoeirinha, a resistência, porque o que os posseiro passaram, qualquer um poderia falar assim: “não, acabou! Vão embora! Isso aqui não dá mais! O que a gente vai ficar fazendo aqui?”, e outra coisa, os fazendeiro próximos da região, eles se organizaram e ficaram, assim, ninguém vai dar emprego pra posseiro, não! Eles não têm aonde trabalhar. Eles ficava ali, fazendo uma coisa, né, ali no povoado. E isso foi o que? Foram o quê, cinquenta anos? É, que eu cheguei aqui em 78, tinha 10 anos, depois foi mais 80, né, 82, 83, sei lá, e eu fiquei sabendo agora, que eu pensei que todos os posseiros tinham recebido o título da terra, mas me falaram que só algumas famílias, que eram 212 famílias, 2.000 pessoas, parece que, fiquei sabendo hoje, não sabia, só 60 famílias que recebeu o título da terra. E quando o governador Tancredo Neves, ele (trecho incompreensível) eu até participei de um comício que ele fez em Janaúba e nesse comício estava os posseiros de Cachoeirinha e ele assumiu: “olha, se eu for eleito governador, eu vou resolver

essa questão." E ele realmente, logo depois que ele tomou posse, ele baixou um decreto, desapropriando aquelas áreas de, aonde os posseiros ocupava, mas como um ato dele era um ato ilegal, porque a competência era federal, ele falou: "não, o meu ato não é um ato jurídico, é um ato político", e aconteceu que o Estado acabou comprando essas áreas, e a Rural Minas emitiu o título da terra. Eu até estive lá depois e ajudei a cadastrar todas família, também não precisava de cadastrar, porque sabia que todo mundo que tava ali em Cachoeirinha era posseiro, mas aí por questão até de exigência do governo "não, tem que saber", tal, tal, tal. Então, assim, eu lembro que o cadastro foi feito com todas as famílias, e hoje eu fiquei sabendo, eu não sabia, que só 60 pessoas recebeu título da terra, os outros não receberam, não sei porque. Então parece que essa luta continua, continua. E é uma situação que a gente não pode admitir, porque o preço foi muito caro... E agora eu acho que tem, tem que ter um compromisso do Estado, né, de resolver essa questão. Então, eu, isso daí a gente faz esse tipo de relato, né, que tem até uma história que eu contei, tem muita coisa, né, aí infelizmente... (trecho incompreensível) na hora e tal. Mas eu gostaria de (trecho incompreensível) quando o Elói morreu, quando eles mataram o Elói... Pois é, eu lembrei de um trecho de uma carta que não tinha, a pessoa não tinha nada a ver com a questão, não, mas eu lembrei de uma coisa, falei assim: "isso aqui é o Elói que escreveu, podia ter escrito", essa carta diz o seguinte, e essa carta foi escrita, o companheiro, o Chico lembra, o José Carlos Novaes da Mata Machado. Filho de quem? Filho de Ieda Novaes da Mata Machado e do professor de direito, jornalista, escritor e político, Edgar Godói da Mata Machado. O José Carlos Novaes da Mata Machado, ele tinha 23 anos, ele foi torturado e assassinado em 1973 (trecho incompreensível) um dos atos mais bonitos que eu lembro, que a gente foi em Contagem, você lembra, Chico? Trocamos uma placa que tinha homenagem de um ditador, aliás, desculpa, de um torturador americano, tinha um nome desse (trecho incompreensível)... Nós fomos lá, retiramos essa placa, jogamos no chão e colocamos a placa do José Carlos (trecho incompreensível) escreveu para o irmão dele, Bernardo: "minha confiança nas massas"...

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Fala no microfone, por gentileza, Afrânio.

AFRÂNIO OLIVEIRA E SILVA: Ah, desculpa. "Minha confiança nas massas de nosso povo cresce sem cessar. Talvez vejamos a libertação de nossa pátria, mas não lamentaremos se a morte nos colher no caminho". Então é isso, gente. Obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Nós agradecemos muito o Afrânio Oliveira e Silva pelo depoimento, e nós vamos fazer agora a seguinte questão: nós vamos fazer agora um intervalo de

20 minutos para um pequeno lanche que, não um pequeno lanche, que está sendo oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, logo ali do lado. Esse intervalo, ele vai ser rigorosamente de 20 minutos, porque nós temos ainda mais quatro depoentes. Nós iremos começar impreterivelmente aqui às 16h10min, e nós temos o prazo máximo até as 19h00min para encerrar essa audiência, então eu peço, por gentileza, que todos estejam atentos a esse tempo. Vinte minutos então de intervalo. Nós vamos então dar início a segunda parte da nossa audiência pública, enquanto as pessoas estão retomando os seus lugares, eu gostaria de então falar novamente das instituições parceiras desse evento aqui na Câmara Municipal de Montes Claros. Agradecendo então à própria Câmara Municipal, estou vendo ali a figura do Vereador Aldair, muito obrigado, que também já solicitamos inclusive ao vereador todas as imagens dessa audiência pública, e essa audiência pública ficará no acervo da Comissão da Verdade, no acervo, e esse acervo será depois transferido para o memorial de Direitos Humanos, Memorial de Direitos Humanos que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, participação Social e Cidadania deverá inaugurar agora no mês de março de 2018, viu vereador? Nós vamos ter então, em Minas Gerais, na sede do antigo DOPS, o famigerado DOPS lá de Belo Horizonte, ele vai ser transformado no Memorial de Direitos Humanos do Estado, né, e entre os arquivos que estarão disponíveis nesse material, certamente nós teremos todo o material da Comissão da Verdade, que significa os relatórios produzidos, as pesquisas, os vídeos, os áudios, os depoimentos, as audiências públicas, tudo isso para ficar para a posteridade, para as atuais e para as futuras gerações, né? Então o registro desse material é um registro muito importante, porque conserva na memória do nosso Estado também as lutas dos companheiros trabalhadores rurais aqui da região de Montes Claros e Norte de Minas. Então muito obrigado à Câmara Municipal. Obrigado também à Secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, ao Centro de Agricultura Alternativa, na figura do Senhor Braulino. Ele tava aqui, não tava? Senhor Braulino, ele esteve aqui até pouco tempo. À Comissão da Memória e Verdade Grande Sertão, Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verdelândia, à Câmara Municipal de Verdelândia, à Caritas Regional Norte e DENI e à Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. Agora, nessa segunda parte da nossa audiência pública, nós ouviremos mais quatro depoentes, todos os quatro estão aqui, não é isso? Então o quê que eu vou pedir aqui pros nossos companheiros Rosely, Juarez, a Paula e a Vina? Eu vou solicitar, apesar de que vocês têm toda liberdade para usar o tempo, para que a gente

possa ouvi-los e de repente pegar mais uns 20 minutinhos no final pra abrir o microfone à participação dos presentes, que sempre as pessoas gostam de dar algum recado, inclusive o pessoal, os companheiros lá de Verdelândia têm uma série de atividades nos dias 13 e 27, eles também querem convidar, então vou sugerir que vocês utilizem a palavra por até 40 minutos, tá? Se tiver que fazer mais um pouquinho, não tem problema. Quando der 40 minutos, eu sinalizo e aí vocês procuram, dentro do possível, concluir. Mas fiquem bem à vontade a respeito desse tempo. Podemos combinar assim? Tá certo. Então nós vamos combinar, e aí no final, várias entidades aqui presentes já solicitaram a palavra para fazer manifestações e dar alguns recados, também dar algumas informações sobre eventos e atividades relacionados aos trabalhadores rurais aqui da região. Eu vou então reiniciar essa segunda parte do nosso encontro passando a palavra para o nosso companheiro Juarez Teixeira Santana, que vai ter o uso da palavra nesse momento.

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Primeiramente, quero cumprimentar a todos e todas, cumprimentar aqui a mesa na pessoa do senhor presidente, que eu mando aqui, a pessoa do Nilmário, cumprimento os demais companheiros que estão aqui fazendo parte da mesa, e dizer que é satisfação, depois de tanto tempo, rever até aqui, até aqui tendo a oportunidade de rever aqui vários amigos que a gente não vê há muitos anos, como por exemplo o Doutor Afrânio, que me recebeu, o Léo, e os companheiros do dia a dia, e faz lembrar também outros que na época foram tão importante nesse período que nós vivemos, de organização para combater a Ditadura. Naquele período, inclusive o Chico, né, que a gente custa tanto ver, outros colegas da época, que não estão presentes aqui, mas virtualmente já até fizeram contato, né? Como o Luiz Chaves. E um professor da Universidade de Minas Gerais, o Doutor Rodolfo de Braga Almeida. Essa grande parceria que teve, no auge da Ditadura, das forças de esquerda para organizar e ajudar, sobretudo, os trabalhadores rurais. Que imagine vocês o que aconteceu: em 64 eu tinha 9 anos! Como que eu ia dar conta, a gente lá na roça, os pais e avós da gente, que eram as vítimas diretas, que poderia ter uma visão do que estava acontecendo, mas da forma que era a vida do campo naquela época, sem entidade de classe, sem organização, sem comunicação externa, não sabia nem o que tava acontecendo! É aquele ditado que a gente fala: “apanha sem saber de quê”, de todo modo tava apanhando, era vítima, mas nem sabia porque estava apanhando. Então se eu tinha 9 anos, foi preciso esperar mais 10 anos pra eu tomar consciência disso. Então a década de 80 foi uma década muito fértil para os movimentos sociais, com a ajuda e colaboração desses

companheiros aqui presente, como diz aqui o Afrânio de Oliveira e Silva, foi o primeiro advogado contratado por um órgão de classe, pela Fetaemg, para defender, fazer a defesa dos trabalhadores e também ajudar na organização naqueles municípios, aonde não existia nenhum movimento sequer. Em outros momentos, nós ficamos sabendo que durante a Ditadura somente uma parte da igreja católica que foi o guarda-chuva que amparou parte desse povo, que hoje nós podemos ver e colher os frutos dessa organização que cresceu muito. Mas como nós temos aqui hoje uma questão de tempo e várias pessoas ainda pra falar, e outros já falaram muito bem aqui do Norte de Minas, por isso eu vou me ater à Bocaiuva, porque em cada município desse, que o ideal se cada um falasse, se der conta de falar do município dele, a gente vai ver, ainda mais que hoje não é, Bocaiuva já virou três municípios, e na época era mais cinco que emanciparam, Engenheiro Navarra que emancipou, Francisco Dumont, e a gente não sabe direito as histórias que aconteceram por lá nesse período crítico, e Guaraciama e Olhos D'água e Bocaiuva. E quando nós, eu comecei a entender e estudar história, e que eu entrei nessa luta, um pequeno à parte que a gente não pôde voltar lá atrás pra ver a história do massacre maior, foi o relato de Carlinhos, que é o projeto da direita imposto para todos nós como salvação para o Norte de Minas, decretar como vazio econômico e de gente, esse que é o mais pesado da história, para a gente saber como é que nós fomos classificados, qual é a visão dos ditadores. Quer dizer, pra eles nós não éramos, ou até hoje, não somos ninguém! Não somos nada! E é assim que eles nos trataram. Mas a partir dessa organização mínima que nós fizemos, com situações precárias, que hoje até nas casas nós temos o mínimo de condição de comunicação, mas naquela época o sindicato dos trabalhadores, que fome não passava, porque todos nós produzíamos, mas com as condições precárias de organizar em um nível suficiente para dar a resposta ao nível que a direita tinha de organização, que eram os sindicatos patronais, que já eram organizados, e Bocaiuva, para mim, nos escritos que alguns companheiros até fizeram pegando os acontecimentos lá, ficou um caso típico, clássico, da luta de classe, porque onde eles mandavam com o chicote na mão, que batiam, literalmente, na cara do trabalhador que trabalhava na marra, tipo, como a escravatura tinha acabado, mas pra eles não! Era obrigado a trabalhar! E como dizia o Luiz Chaves, a lei áurea decretou lá a liberdade dos escravos, mas sem estudo, sem terra, sem nada, adiantou muita coisa isso? Por isso que a sequência de relação aqui do Norte de Minas. O que restou é trabalhar de fazenda, os que se tornaram posseiros, outros continuaram, ficaram na fazenda, sendo obrigados a trabalhar de graça. E quando tomamos essa consciência, que não

éramos obrigados a fazer isso, começamos a peitar, mesmo na Ditadura que deu carta branca pra qualquer coronel de patente comprada nas fazendas, qualquer fazendeirozinho, porque na época nós sabemos que Montes Claros, aqui no Norte de Minas, é a única cidade que tinha o mínimo de industrialização, nas outras cidades eram todas rurais. A renda que movimentava pequena cidade era, sim, proveniente das roça e das fazenda, como até hoje é em grande parte delas. Mas algumas hoje têm um mínimo, alguma outra fonte que ajuda na renda per capita nessa cidade, desse povo. Caso de Bocaiuva, por exemplo, que tem-se hoje algumas metalurgias e outras fontes mínimas, mas a grande parte continua sendo rural. E nesse confronto de rurais, dos fazendeiros rurais com os trabalhadores rurais, lá causou um impacto que foi manchete na capa do jornal Estado de Minas, no dia de finados, de 84. Elói tinha sido assassinado recentemente, eu era o próximo da lista para ser morto. Se estou vivo hoje, como diz os nossos irmãos evangélicos, que Deus foi servido, porque eu tive quatro ameaças de morte com dia e hora marcada pra morrer, e pude me safar de todas elas. Mas o meu colega, infelizmente, não teve escapatória. Um jovem que concorria à eleição do sindicato comigo, que ia ser o secretário, tinha apenas 18 anos, foi vítima de duas balas de 38. Desse rapaz, desse moço, médico, que era o presidente do Sindicato Rural Patronal da cidade. Um jovem que tinha tido o seu pai sumido, dos desaparecidos aí, e que foi achado depois de quinze dias, guiado pelos urubus, que já estavam devorando seu corpo jogado dentro da mata, e que a polícia não fez nada! Simplesmente está lá até hoje a cruz, que abriram uma vala e jogou ele lá dentro, e nunca apurou, porque era um crime que esse mesmo moço tinha mandado matar! E 10 anos depois, no dia de finados, quando esse menino de 14 anos estava indo visitar, levar uma vela na mão para colocar na cova do pai, encontra com esse mesmo moço e falou: “falei pra você não passar na minha fazenda”, “não tem problema, doutor, eu volto pra trás”, “mas não volta também, não”, e montado no seu cavalo, saca seu revólver 38 e dispara cinco tiros na cara desse rapaz. Ele tentou se esquivar, segurando na rédea do cavalo, que era um cavalo enorme, as balas chegaram a cortar a cara do cavalo, porque ele atirou, é claro que ele tava montado assim, mas não teve jeito, foram dois tiros, um direto na testa e quando ele virava pra cair, um outro de lado. Mas nessa mesma hora a justiça foi feita, enquanto ele preocupou em atirar no maior, o menor, com a faquinha de cozinha que levava na mão, pra descascar cana quando depois vinha da morte, de colocar a vela, ele desferiu duas facadas nesse moço montado no cavalo, que também poucos metros caiu morto. Então morreram, e foi a primeira e o único em todo o Norte de Minas que eu tenho conhecimento, que

morreu um líder sindical de um lado e morreu o outro também representante dos patrões do outro lado. E em Bocaiuva só não morreu mais pessoas, porque ele matou e morreu na mesma hora, senão tinha matado mais pessoas. Mas, e a família era o dono do cartório, filho do dono do cartório da cidade, que tinha cargo vitalício, e a família toda, o que não era dono do cartório, de registro de imóveis, era do outro, do cartório do crime, por isso qualquer denúncia que a gente fizesse contra eles, eram todas arquivadas, porque eram todos da rede, trabalhavam todos dentro do Fórum da cidade, todos tinham cargo lá dentro. E as ameaças continuaram, pela família. Aí, eu, que era candidato à reeleição no sindicato, que foi fundado em 80 e já tinha oposição, porque a gente organizava os trabalhadores, a minha família até fez promessa pra mim perder as eleições, queriam me levar para São Paulo, que eu não podia ficar ali, que o risco de morrer era grande! Mas eu não quis ir, não fui, não saí, mas perdi a eleição, porque teve a investida da direita na chapa pelega, que realmente fez o jogo dos patrões. Mas não teve problema. Quatro anos depois, aliás, o mandato de sindicato naquela época era três, eu voltei, tornei a colocar meu nome à disposição e terminei o trabalho que eu me propunha a fazer: continuar na organização do sindicato. E as ameaças também continuaram, e três delas é de conhecimento da justiça, porque eu fiz representação e entreguei na delegacia, e uma virou processo, e tive que sentar na mesa junto ao acusador, que jurava de morte, e naquela época tive apoio de muitas pessoas, inclusive da Pastoral da Terra, Rosely na época trabalhava aqui em Montes Claros, junto com sua colega Ana, que era da Pastoral da PJ, Pastoral da Juventude, Pastoral da Operária, e o Padre Jerônimo, que era o coordenador da CPT, tenho em casa os documentos dele até hoje, mandando apoio que “chega de apoiar morto, tem que apoiar enquanto tá vivo”, e foi importante o apoio desses setores na época pra mim estar aí. E outras e outras ameaças que eu recebi, que todas elas foram registradas na polícia, mas somente uma que teve desfecho até na justiça, e fez um acordo que ele teve que se pronunciar diante do juízo e confessar o que ele fez e até me pedir desculpas, né. E tenho o nome de todas essas pessoas, os ameaçadores. O que morreu, José Maria Caldeira Brant, o outro, José Maria Pimenta, o outro, Joaquim Veloso Filho, que também me ameaçou e me seguiu inclusive à noite, na estrada, em tocaias, e eu esperei ele sair e fui pra minha casa, e um outro que tinha apenas o nome de Rafael, que mandou recado também, eu só sei o nome dele de Rafael. E não foi só essa, essa foi contra mim, e outros e outras companheiros, porque os fazendeiros, em toda região, agiam como se eles fossem, tivessem, realmente eles tinham essa carta branca da Ditadura pra fazer isso, porque até hoje a

gente não viu, e muito menos naquela época, via algum fazendeiro desse sendo punido ou sendo preso. E tem outros casos, que não é só porque... É ligado também ao sindicato, lá no nosso município, que vai até a beira do Rio do Jequitinhonha, aí sim envolve um agente público, o delegado de polícia, de nome Jânio, que até é muito amigo da época, de hoje, que tem terra até hoje em Bocaiuva, que hoje ainda é premiado, porque hoje ele é prefeito de Betim, o Senhor Vittorio Medioli, que causou grande prejuízo aos trabalhadores também lá em Bocaiuva por causa de garimpo, o garimpo manual, com as dragas dele, que fez o que fez com o Rio Jequitinhonha. E usando um delegado de polícia que fazia mais ainda, nas incursões dele, ele levava não só policiais, mas como detentos que estavam lá cumprindo pena, que era de confiança dele, ele punha uma arma na mão desses detentos e ia lá, e chegou a prender lá na roça trabalhadores e dar tiro dentro de casa e trazer preso, Dinamar Geraldo Lopes, que foi denunciado na imprensa na época aí, que sofreu a tortura desse delegado de polícia, Jânio Barros, que eu tenho informação que ele tá vivo até hoje lá em Belo Horizonte, e deve ser amigo do Medioli até hoje, que agia a mando dele. Trazendo preso o marido e a esposa, e deixando a esposa numa chapada à noite, longe da cidade, e ela me ligou, assim que chegou em Olhos D'água, dizendo que o marido dela tava sendo conduzido preso arbitrariamente, e no outro dia, através de um habeas corpus, a gente pôde libertar esse moço, porque a prisão dele era ilegal e arbitrária, e as crianças ficaram sozinhas em casa. São tantas arbitrariedades que a gente via nesse município, lá em Bocaiuva e no entorno ali, né. Isso aí é preciso dizer, porque são muitas as outras torturas que a partir de um certo momento mudou os métodos, mudou até o comportamento, com a decadência inclusive da figura de fazendeiros, quando começa a aparecer as empresas, como Afrânio falou aqui. Vieram as carvoarias, os representantes dos grandes metalúrgicos, (trecho incompreensível) para fazer o desmatamento do cerrado. A violência, ela passou a ser mais invisível, porque era através de uma empresa, e combinou agora, não, foi depois de 88, mas continua morrendo, sim, trabalhador, como é o caso da Comunidade Cana Brava, de Antônio Joaquim dos Santos, um trabalhador assassinado por vigilantes da empresa V&M, que era alemã, que hoje já vendeu para, que era uma francesa, a Vallourec, assassinar trabalhadores. Não bastasse só tirar as terras, de deixar eles apenas numa beira de um pé de serra, ainda mata a bala, como já foi caso. E já se passaram quantos anos? Sete, oito anos. Nenhum inquérito sequer foi concluído, porque é contra uma empresa, ficou até mais difícil ainda fazer apuração desses casos do que quando era pessoa física. Hoje é dessa forma que a violência ainda continua, por

isso ficamos tristes, sim. Como nós vemos, conversando com Nilmário ali fora, esse retrocesso que tá tendo no nosso país, dos direitos, do tanto que nós avançamos nos direitos humanos e agora vê, no momento o quadro político que nós estamos tendo hoje, vendo voltar para trás, dando mais fôlego, mais asa para a opressão continuar e a violência maior, que é essa de tirar direito dos trabalhadores e consequentemente é morte também, se não bastasse a morte por tirar direitos e tirar conquistas, de tirar vidas diretamente. Eu creio que nós teremos tantas outras oportunidades para estar discutindo, até porque isso, em outras audiências, inclusive na Assembleia Legislativa já foi falado também, aqui já é a segunda vez que nós estamos vendo aqui. Lá em Bocaiuva, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa já teve audiência pública na Câmara também, porque é uma das cidades que tem o índice grande de confrontos e de violações de direitos humanos e de violência contra trabalhadores. Eu acho que nós não vamos parar. Não é hora de parar, porque ainda tem muito a percorrer, ainda mais agora, quando nós pensávamos que tinha avançado, as coisas estão voltando para trás. É sinal que nós vamos ter que organizar mais ainda, se quisermos deixar o mundo melhor, uma cidade melhor, uma Minas Gerais melhor para os nossos filhos, para essa geração que vem aí, porque, infelizmente, o que promete é uma reorganização da direita que nós estamos vendo aí, não à nível de Bocaiuva, de Norte de Minas, não! É do mundo! A gente tá vendo, até extrapolando um pouco, o Estados Unidos e outros países, o quê que eles tão fazendo, é uma reorganização da direita e é o momento agora de nós, a esquerda também se unificar, caso contrário nós podemos voltar, os anos de chumbo voltar. E talvez com a ilusão imediata do capitalismo, que mostra talvez que o mundo tá melhor, mas ilude os jovens e aqueles que são ignorantes da história, que não sabe o que se passou e que pode repetir, né. Eu não quero tomar tempo, porque tem outros depois de mim, e temos que discutir com vocês sobre isso daí. Mas um abraço a todos vocês, e espero que em outras oportunidades continuemos debatendo tudo isso aí. Muito obrigado.

INTERLOUTOR NÃO IDENTIFICADO: Oh, Juarez, só um minutinho, como você foi mais do que disciplinado e só gastou 25 minutos, eu queria só te perguntar se você tem condições e interesse em falar, você citou questões relacionadas à agentes públicos e também empresas em violência contra os trabalhadores. Você poderia falar um pouco mais sobre essas questões ou o que você falou você já julga como suficiente?

JUAREZ TEIXEIRA SANTADA: Não. Dos agentes públicos, o período mais difícil foi esse, enquanto teve lá esse delegado chamado Jânio Barros.

INTERLOUTOR NÃO IDENTIFICADO: Em Bocaiuva?

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Em Bocaiuva. Agora, quanto a empresa, sim, porque não salva uma empresa, todas elas, e são muitas as empresas, sobretudo nesta área, que eu até recuso a dizer o nome “reflorestamento”, porque eles não estão reflorestando! Eles tão é detonando o que já tem, o pouco que tem. Então, no campo dessas empresas de eucalipto, fizeram todo tipo de violência, que mascaram a lei e falsifica. Então aparência, inclusive com acordos de, de algumas ações propostas pelo Ministério Público, de fazer de conta que cumpre, mas é muito grande. E a maior em Bocaiuva hoje é a Vallourec, que a crueldade é que na época, por exemplo, pegaram todas as terras e conseguiu, inclusive, legalizar essas terras. Hoje, dos dados que eu vi, levantados pela extinta Rural Minas, não sei hoje ainda é Rural Minas, Bocaiuva não aparece como terra devoluta, não aparece nenhuma. Agora, porque eles agiram tão bem junto ao poder legislativo estadual, que legalizaram toda as terras, inclusive a gente vê lá um processo hoje aí que é muito caro, que nós não temos acesso, que é, como é que chama isso? Esse que faz via satélite... Eles demarcaram tim-tim por tim-tim suas terras, mas os municípios vizinhos lá de Olhos D’água, por exemplo, onde também é base do nosso Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva e região, é onde que viviam o maior conflito, e que outras e outras empresas, a Gerdau e outras, que o nome eles mudam muito, e eu não preparei para pegar, atualizar, porque um dos nomes, uma das facilidades deles é isso, é mudar a nomenclatura. Todo dia é um nome, muda a razão social, então você não consegue acompanhar o nível, como é que eles fazem para criar uma empresa e destruir empresa. Mas a ação, ninguém nega, a gente tá vendo o dia a dia ali o que tá ocorrendo até hoje, né? E a ação mais desastrosa que a gente vê hoje é as consequências do meio ambiente, né? Um total desrespeito. No mapa, no cartório, tá tudo bonitinho, mas na prática, pelo amor de Deus! Então é preciso avançar também nisso que é uma das maiores violências que nós vimos aí, nesse sentido aí.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado então para o Juarez.

JUAREZ TEIXEIRA SANTANA: Foi um prazer. Obrigado.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Nós vamos convidar agora a Dona Paula Hermínia do Rosário Carmo, para que ela possa também dar o seu testemunho, porque logo na sequência ela vai ter que viajar.

PAULA HERMÍNIA: Bom dia. Boa tarde a todos, boa tarde à mesa. O meu nome é Paula Hermínia do Rosário Carmo, sou lá do quilombo de Bom Jardim da Prata, né. Na década de 70,

80, né, eu deveria ter uns 16 anos, mas eu lembro do que aconteceu, porque o meu pai trabalhou para esse fazendeiro, Dimas, né, que foi o grande fazendeiro que causou o terror lá, que foi com meus tios, né, Juca Batista, que o nome dele é José Batista do Nascimento, e a gente chama ele de Juca. E Adão Batista do Nascimento, que é irmão dele, e (trecho incompreensível) e Antônio Batista do Nascimento, que chamava ele de Antonão, né. Nessa época, na década de 70, ele levou o DOPS, e foi muito massacrado, foi muita humilhação para aquele povo naquela época, né. E que inclusive Marcelino, que foi, ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em São Francisco, e Doutor Afrânio, que foi o advogado deles, né, desse pessoal. Mas foi triste demais! O povo ficava todo mundo gritando, chorando, pegaram eles com uma crueldade, jogaram dentro do camburão, né, na época, eles falava, né, e meu tio, Juca Batista, ele comentou isso, e que foi muito triste, e até hoje a gente fica lá com aquele remorso. E o Juca, hoje ele teme, quando ele vai contar, contar pro pessoal, ele nem gosta de contar. Carlinhos esteve lá, pegou depoimento dele, mas são coisas assim, que muito triste, que eu queria que ele viesse pra cá, para comentar, contar o que ele passou, mas ele fica lá, lá no canto dele e não sai para dar este depoimento. Só que, que o nosso povo lá não tem paciência de ouvir as história de antigamente, esse fato que aconteceu lá através desse Dimas, que foi o grande, maior fazendeiro que teve lá. E tem mais outros, mas esse foi o que comprava o nosso povo lá. Naquela época tinha aquele quarto (trecho incompreensível) e aquelas mão que nosso povo, o quê que ele fazia? Ele levava o caminhão de carne, de carne não, de ossos, e vendia lá pro povo. Quando não vendia, ele dava para os trabalhadores dele, né. Então foi muita humilhação mesmo nessa época, que esse pessoal foi preso lá, foi uma crueldade imensa, né, que Marcelino, ele se pôs lá, que ele era do sindicato, na frente daquelas armas pesadas lá, para poder defender esse povo lá, Né, que foi bem numa época de política, né, e que aí Marcelino, ele ia ser candidato a vereador. Aí tinha uma musiquinha bem assim: “não tenho enxada nem um título de eleitor para votar em seus fulanos editores, que nada fazem pelo pobre agricultor, que não tem terra pra fazer o seu roçado”, sabe. E aí tinha também, assim, a pessoa do Raimundo, que já faleceu, que é o marido da minha prima, que tá comigo, ele pegava os acordeão dele e rasgava e a gente cantando: “Não tenho enxada nem um título de eleitor”, né? Mas foi muito bom! Assim, né, bom porque na farrinha que teve, mas o massacre foi grande, né, muito triste! A gente só via as mulheres chorando, os meninos, sabe? Eu não fui lá, não, mas o meu pai, eles contam pra gente. Que nessa época, eu tenho 54 anos, né, eu deveria ter uns 16 anos, 18 anos, né, mas eu lembro. Então, tem mais coisa, né,

mas o que eu mais relata nessa década foi isso, né.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: A senhora tem tempo para falar das outras coisas, se quiser.

PAULA HERMÍNIA: Tenho, né?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tem.

PAULA HERMÍNIA: Então também aconteceu em 2005, quando a gente, descobrimos que era quilombola, né. Eu fui uma das fundadoras do quilombo, junto com uma prima minha, em 2005 teve um fazendeiro lá também, Carlos Henrique, tinha três família que morava na Beira da Prata, lá na Beira da Prata, que é uma água, é uma nascente muito linda que tem lá. Aí, o quê que ele fez para tirar essas três família de lá? Três família! Levou o exército! O exército pra tirar três família, e que nessa época nós tinha acabado de fundar o quilombo de Jardim da Prata, eu e a Gilmara, a gente, começamos a falar com ele: “pra quê levar o exército pra tirar três família?”, mas porque essas três família que lá estava morando era trabalhadores dele, sabe? Mas como eles tinha direito, né, do pedacinho de terra, e eles queria mandar eles embora sem direito a nada, aí ele resistiram lá. Aí tiraram ele de lá da margem da Prata, lá, e deu um pedacinho de terra mais pra frente pra eles, aí acusaram eles que eles tinha, que eles que tava desmatando a Beira da Prata, acabando com as caça, acabando com os peixe, né. E aí, mas só que eles não saíram de lá, não. Até hoje eles reside lá, essas três família, né. E aí estão lá. Isso aí eu presenciei e vi, que foi em 2005, né.

LOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Nesse evento que a senhora fez memória de 1960 e... O anterior, 67? Foi 67.

PAULA HERMÍNIA: Não, esse que eu tô contando...

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Não, o anterior.

PAULA HERMÍNIA: 70, foi na década de 70.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Década de 70. A senhora sabe precisar qual ano que foi?

PAULA HERMÍNIA: Olha, eu não lembro. Era para mim pegar com o Marcelino...

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá.

PAULA HERMÍNIA: Mas ele só falou comigo assim: “Paula, foi na década de 70”, década de 70, 80, sabe?

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: No caso teve algum relato de mortes ou não?

PAULA HERMÍNIA: Não, não. De mortes...

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Foi violência física contra...

PAULA HERMÍNIA: É, foi violência física, de mortes não teve, não.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. Teve a participação de algum policial ou foram jagunços? A senhora sabe desse tipo de...

PAULA HERMÍNIA: De policial, eu não tenho, mas jagunço teve, porque inclusive de um tio que era muito querido, que Deus o tenha, que ele já faleceu, que era o Tio Sinhozinho, ele era um dos capanga desse fazendeiro, do Dimas, sabe? Ele era uma pessoa boa, ele ajudava, sabe? Mas só que ele fazia o que o patrão pedia, né. Mas também lá teve, mas não teve morte, teve na Lagoa Bonita, onde que ele soltou os gado pra comer as roça do pessoal, né. Teve também lá na beira do rio, né, bem na beira de onde o pessoal morava, do lado do meu pai também, né, como ele comprou um pedacinho de terra e aí foi invadindo e fez ele vender a terra para o Dimas. Ele vendeu e de lá ele veio embora para São Francisco, né. E aí, abria a cerca e colocava os gado pra comer.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: E essa comunidade é que recentemente, agora, foi reconhecida como quilombo?

PAULA HERMÍNIA: Como quilombo.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Essa mesma que sofreu violência então na década de 70?

PAULA HERMÍNIA: Foi.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: As pessoas lá que presenciaram a história, ainda estão vivas?

PAULA HERMÍNIA: Tio Juca tá.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tem uma pessoa que tá viva.

PAULA HERMÍNIA: Tem. João Batista, tem Marcelino, né.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá. O Marcelino, ele não pôde vir porque teve um parente que faleceu?

PAULA HERMÍNIA: Não entendi.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: O Marcelino não pôde vir porque um parente dele faleceu, foi isso? Não, né?

PAULA HERMÍNIA: Não, não.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Ele não pôde vir mesmo porque...

PAULA HERMÍNIA: Ele, assim, eu não sei o que tá acontecendo com Marcelino, porque depois que a cunhada dele faleceu, mas já tem uns três, cinco dias já que faleceu, né.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Sei.

PAULA HERMÍNIA: Mas depois, assim, que, que o quilombo tá lá de cabeça pra baixo, né, e aí Marcelino tá assim, sabe, menino, afastou.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Tá certo. Então nós agradecemos a participação da Dona Paula Hermínia. Tá bom, Paula? Muito obrigado.

PAULA HERMÍNIA: Nada.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Nós vamos então passar a palavra para a professora Rosely Carlos Augusto, muitos de nós aqui a conhecemos, uma historiadora muito querida, e não somente pelo trabalho acadêmico dela, mas também pela luta ao lado dos trabalhadores rurais aqui dessa região. E aí, Rosely, como os companheiros anteriores foram muito econômicos, você fica à vontade pra falar. Deixa eu só perguntar ao rapaz da câmera, é possível ela falar por aqui? Pode falar? Ele vai só posicionar a câmera aqui. Tá.

ROSELY CARLOS: Boa tarde, boa tarde a todas, a todos, boa tarde aqui de novo ao companheiro Robson, secretário Nilmário, aqui aos colegas, que foi esvaziando aqui, e agradeço muito o convite, todo mundo sabe da emoção que eu venho, que eu volto à região, principalmente em um momento tão histórico para a gente fazer prevalecer o direito à memória, à verdade sobre os crimes, sobre a violência que se abateu na região com a ditadura de 64. Eu queria também cumprimentar de um modo especial à Comissão da Memória, da Verdade do Grande Sertão, não vou citar nomes, para não ser injusta, mas é com muito respeito e admiração que vejo a iniciativa aqui da região para trazer à luz a invisibilidade e a injustiça que prevalece na região sobre o comando de agentes privados e públicos. Queria também cumprimentar os colegas aí da Comissão Pastoral da Terra, com quem eu trabalhei, militei aqui durante mais de 10 anos. Como disse o José Francisco, a gente, aqui na região, vem com, volta e vem aqui com emoção, com paixão. Nós amamos muito o cerrado, São Francisco e as gentes daqui, né? Então, eu queria começar dizendo o seguinte: eu vou ler uma parte para poder encurtar o tempo, o Golpe Militar, civil e militar de 64, houve uma ação conjunta de militares e de latifundiários, que se abateu pesadamente sobre os camponeses e de modo especial sobre os posseiros. Aqui na região e em todo Brasil. Muitos foram os assassinatos. Conforme documento da Comissão Pastoral da Terra,

entre 62 e 89, mais de 1.560 trabalhadores foram, lideranças foram assassinadas no Brasil. Apesar desses assassinatos terem sido, quase sempre, a mando de grandes proprietários, não se pode separá-los do clima geral de repressão que se abateu sobre os trabalhadores em nome da segurança nacional, do progresso, como muito bem falou aqui Juarez, Carlinhos, né, em nome do progresso, em nome de dizer que aqui não tinha gente, que aqui não tinha terra fértil, se fez as maiores atrocidades para alimentar alguns poucos fazendeiros e empresas, que em aliados com o estado, porque esse é o nexo, viu Carlinhos? A gente tem que lembrar que tem um nexo muito claro! Os trabalhadores rurais e os indígenas estão fora da lei de anistia, da lei de reparação desde 95. É claro que a partir d e 2012, com a Comissão Nacional da Verdade, o GT, o Grupo de Trabalho dos camponeses, levantaram, levantou cerca de 1.196 assassinatos e conflitos agrários que deveriam, que teriam direito à memória e à verdade e à reparação. Mas, poucos, poucos foram deferidos e 602 foram excluídos. Em Minas Gerais, cerca de 75 foram, estão na lista, e na região cerca de 20. Eu vou depois listar os 20, né. Mas então um outro dado importante, já vou pulando alguma coisa aqui, mas é que a CPT tem levantado, desde 85, o mapa dos conflitos agrários, e tem mostrado que apenas 8% dos assassinatos no campo foram a julgamento, ou seja, o julgamento é responsabilização, não há um cumprimento da lei por parte do judiciário. A responsabilização daqueles que violam direitos, principalmente dos que dão ordens para os crimes, é fundamental. O poder do judiciário tem obrigação de penalizar quem viola os direitos. O julgamento de um responsável, de um mandante, é expressão literal da justiça, e isso precisa ser feito no Brasil como um passo para uma sociedade justa que garante direitos e a construção da identidade e de sentido de nação brasileira. Essa questão também tá colocada para a anistia, não é isso, Nilmário? Que é o nosso especialista aí na anistia, né. A questão de não se fazer justiça, porque nós temos as leis anistias que não pune, que não responsabiliza torturador, que foram permitidos também a pedir processos de reparação. Com isso, nós temos uma lei de anistia manca, e o julgamentos, a justiça no Brasil vai continuar manca se a gente não proceder aos três direitos: o direito à verdade, à memória e à justiça. E aqui, você não ter nem julgamento, continua impunes, apenas 8% de 1.566 assassinatos no país desde 64, entre, na verdade, entre 62 e 1989. Bom, para o campo, o General Castelo Branco assinou a lei que criou o Estatuto da Terra, não é isso? Em novembro de 64, que junto com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1961, foram responsável pela expulsão de mais de 32 milhões de pessoas do campo em duas décadas, ou seja, uma população inteira da Argentina foi expulsa do campo, em consequência da chamada

“modernização conservadora do campo”, que foi patrocinada pela Ditadura. Aqui na região, Carlinhos já falou muito bem sobre como a Ditadura agiu, como o Estado interviu aqui na região, não é? Aqui na região, os projetos de modernização da Ditadura patrocinou a entrada violenta, de forma arbitrária, violenta do capital, apoiado na intervenção do Estado, através da incorporação da região na Sudene, com subsídios e indução à chamada “modernização do latifúndio”, com a entrega das terras devolutas às grandes empresas, como diz Juarez, não reflorestadora, né, desflorestadoras da região, de eucalipto, né, adotação de infraestrutura de estradas, pontes... Ao lado disso, disseminou uma ideologia de cerrados como uma terra arrasada, a não existência de população vivendo nelas pra implantar megaprojetos, como o Projeto Gorutuba, que expulsou 2.000 famílias de uma área de onde viviam há décadas, e o Projeto Jaíba, que a partir de 64 foi chegando de forma mais violenta e criminosa possível, matando e expulsando quem encontrasse pelo caminho, como o assassinato de Martinho Afonso, é o que aparece na primeira linha...